

## Editorial

Os programas de transferência de renda foram alvo de discussão na última sexta-feira, quando o governador de Minas Gerais, Romeu Zema, criticou a dependência de benefícios sociais.

Na oitava edição do Consórcio de Integração Sul e Sudeste, ao destacar as potencialidades dessas regiões, o governador disse que seus Estados têm “proporção maior de pessoas que trabalham em vez de viver de auxílio emergencial”.

A declaração de Zema segue o padrão das discussões sobre a assistência social no Brasil, baseada na superficialidade e no imediatismo eleitoral. Historicamente, os

programas são robustecidos nos períodos próximos das eleições, e, nos meses seguintes, a área social sofre cortes e deixa de ser prioridade.

No ano passado, políticas como o auxílio emergencial – atual Bolsa Família – retiraram 10,8 milhões de pessoas da pobreza, segundo estudo da Fundação Getulio Vargas (FGV). Cabe considerar ainda os impactos positivos diretos na vida das famílias beneficiárias, como o aumento da frequência escolar.

# BENEFÍCIOS SOCIAIS E DEBATES SUPERFICIAIS

**Estudo do Ipea mostra que a cada R\$ 1 investido no programa de transferência de renda provoca aumento de R\$ 1,78 no Produto Interno Bruto (PIB)**

Também existem os efeitos na economia como um todo. Um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) mostra que a cada R\$ 1 investido no programa de transferência de renda provoca aumento de R\$ 1,78 no Produto Interno Bruto (PIB).

É verdade que ainda há muito espaço para aperfeiçoar os programas de transferência de renda. O próprio Bolsa Família é passível de distorções ao permitir, por

exemplo, que dois membros de uma mesma família recebam o benefício, como detectado pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

Não se podem negar as virtudes dos mecanismos de transferência de renda, mas também não é razoável atribuir apenas a elas o papel de reduzir as desigualdades no país.

Os programas assistenciais por si sós não são capazes de quebrar o ciclo de pobreza nas famílias. A chamada “dependência” dos benefícios sociais acontece mais por falta de outras políticas estruturais do que por falha nos programas de transferência de renda em si.